

SEGUNDA Conferência Brasileira de Educação:

uma perspectiva de educação democrática

*Prof. Deurivaldo Cardoso Silva **

"Não mais como em 32 ou em 59, em que esta bandeira de luta (direito de acesso à educação) mobilizava heróicos brasileiros individualmente, mas como uma reivindicação que tem suas raízes na consciência e mobilização cada vez mais ampla das camadas exploradas da população". (Manifesto das Organizações promotoras da II CBE. Belo Horizonte, 10 de junho de 1982).

1. Objetivo

O objetivo maior da II Conferência Brasileira de Educação, recentemente realizada em Belo Horizonte, foi o de buscar viabilizar uma educação democrática. A preocupação dominante não entende como educação ideal aquela unidirecionada por um superpoder que transforma seus usuários numa massa inatuante e homogênea de futuros profissionais.

2. Importância do Interesse Real dos Participantes

O debate sobre a problemática educacional brasileira foi marcado pelo envolvimento de professores dos três graus de ensino e de usuários da escola. Os aspectos prático e teórico da Conferência vieram ao encontro da expectativa geral do conjunto dos participantes, fato este revelado nas motivações mais específicas. Foi fácil perceber que, na base do interesse real demonstrado, estavam alguns fatores objetivos como, por exemplo: alunos e trabalhadores — por vivenciarem mais diretamente a separação existente entre o conhecimento teórico e a experiência prática; professores

de primeiro e segundo grau — por serem mais desinformados e carentes de valorização profissional; professores universitários — por contribuírem no desenvolvimento de trabalhos sobretudo junto às populações excluídas dos benefícios sociais e por estarem mais conscientes e empenhados no grande esforço de viabilizar novos rumos para a educação.

As organizações representativas dos professores reconheceram a importância da Conferência Brasileira de Educação como uma forma de fortalecer e integrar suas entidades. Dessas organizações, participaram da II CBE, entre outras, as seguintes: a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES); a Associação Nacional de Educação (ANDE); a Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); o Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (CEDEC) e o Centro de Estudos, Educação e Sociedade (CEDES). Dentre os professores brasileiros e estrangeiros, estavam: Maurício Tragtenberg, Luiz Antônio Cunha, Moacir Gadotti, Miriam Jorge Warde, Newton Cesar Bolzam, Paulo Freire, Vera Candau, Maria de Lourdes Fávero, Dermeval Saviani, Guiomar Namó de Melo, Michel Thiollent, Agostin Castejón, Scotti Mainwaring.

Esta ampla participação fez com que a II CBE se constituísse num grande fórum de reflexão e de debate, onde mais de dois mil trabalhadores discutiram a questão educacional colocada num grande número de painés e treze simpósios. Seria ingênuo subestimar a importância desse interesse real demonstrado, na medida mesmo em que seu efeito multiplicador certamente se traduzirá em maior consciência política e efetiva contribuição, em diferentes pontos do país, para efetivar uma política educacional que atenda aos interesses da maioria da população brasileira.

3. *Orientações Teóricas sobre a Problemática Educacional*

Foi altamente significativo o interesse demonstrado nos aspectos específicos e práticos da questão educacional, em cuja análise se revezaram diferentes teorias, cada uma das quais buscando apontar, a seu modo, a via democrática para a educação brasileira.

Um desses enfoques parte da dicotomia supostamente existente entre o real e o possível para, em seguida, postular a articula-

ção entre os dois elementos. O Estado, como pacto de dominação político-ideológica e fruto da pressão popular, é a categoria que permite compreender melhor esta orientação teórica. Não se trata aqui de entender o poder como algo que existe num lugar específico, mas que emerge de uma relação funcional e, pois, como algo que existe como relação de forças. Com efeito, quando se tem o poder de decidir, a divisão dirigentes e dirigidos pode deixar de ser apenas teoria, para tornar-se a própria razão de ser. Torna-se então possível, a partir da experiência de poder, desfazer o desencontro entre o proclamado e o realizável. Em outros termos, torna-se possível a ação educativa e a proposta de alternativas educacionais.

Um outro enfoque que também se destacou durante a realização da II CBE não descarta, ao contrário do enfoque anterior, a natureza de classe do Estado capitalista, pois não reduz a estrutura política ao aparelho repressivo de Estado. Esta concepção não parte, assim, da antinomia entre conscientização e organização ou entre o real e o possível, na medida em que tais fenômenos andam juntos. Não teria sentido, então, a discussão da realidade ou irrealidade de um pensamento desligado da prática. Qualquer ação coletiva não prescinde de uma consciência política. Assim, para esta concepção não se trata de inventar novas propostas e desencadeá-las sob a forma de uma ação competitiva, mas de partir da própria prática ou situações concretas para desenvolver uma ação comunitária. Em termos educacionais, não se separa o ato de educar (ato de dirigir) do ato de ser educado (ato de ser dirigido). O que se enfatiza é a necessidade de realização da educação política dos trabalhadores, já que a estes não se trata de levar propostas prontas e acabadas, mas de aprender com eles.

Se, por um lado, entre os educadores existiram diferenças, por outro lado, souberam com elas coexistir. Assim, por exemplo, eles se encontraram em um ponto, a saber: consideram a educação um direito de todos que, ao Estado, cabe garantir. Nessa perspectiva, porém, não se trata de aperfeiçoar a atual política educacional brasileira que prioriza o enfoque privatizante, mas de postular uma mudança substancial no processo educacional. Entretanto, embora os participantes da II CBE defendam pontos comuns, eles

divergem, como adiante se verá, quanto ao sentido e às possibilidades na efetivação das prioridades apontadas.

4. *Descentralização Democrática da Escola Pública*

À luz das duas concepções já referidas, no atual momento histórico brasileiro dois aspectos ou eixos básicos consubstanciam a questão educacional, a saber: a escola pública e a maioria da população dela excluída. Relativamente ao sistema de escola pública, dois temas ocuparam a maior parte das análises e discussões: a descentralização dos serviços educacionais e a reestruturação da universidade.

No que diz respeito à descentralização da gestão da educação, duas propostas foram enfaticamente colocadas, a saber: a gratuidade da educação nos seus três graus e a municipalização do ensino fundamental. Quanto à gratuidade do ensino basta referir que, ao lado da carência da maioria dos usuários da escola, foi ressantada a pressão que os movimentos sociais começam a fazer e que precisam sustentar, no sentido de levar o Estado a garantir os recursos necessários à recuperação da qualidade da educação e, sobretudo, garantir a permanência na escola e acesso a ela. Outrossim, tudo isto se insere na luta mais ampla pela democratização da sociedade.

Na perspectiva de uma educação democrática, um dos pontos de vista questiona a orientação governamental que, partindo da divisão arbitrária entre educação rural e educação urbana, procura integrar a escola rural sob a gerência de uma administração única. Com efeito, o Ministério da Educação vem propondo a municipalização do ensino fundamental justamente no momento em que os municípios chegaram a uma situação de falência financeira e os recursos foram carreados para a escola urbana, notadamente para a implantação do modelo de escola única de oito anos. Desse modo, das verbas destinadas à escola rural, em geral uma parte fica com as equipes a nível de Secretarias de Educação e a outra parte é repassada aos municípios, num esquema em que o professor e o aluno quase nada recebem. O mesmo vem se dando com a distribuição de material escolar, com o agravante de que as cartilhas educativas que chegam à escola rural são elaboradas numa orientação culturalista reforçadora de uma dimensão localista. É que esta

aparente descentralização da educação tem sido implementada a base de um regionalismo clientelista. Este, por sua vez, leva a um localismo, onde cada figura política acha que tem um trabalho específico a realizar. Tal municipalização do ensino, fundamentalmente baseada na centralização de recursos e no pagamento da educação pelos usuários da escola e até pelos professores, não passaria de uma descentralização burocrática, pois simplesmente contribui para manter os políticos nas suas posições a nível local e de Estado. Assim, a escola rural não tem condições de atuar com autonomia, sendo deixada, pelo Estado, ao completo abandono.

A partir deste questionamento da atual política educacional brasileira, descarta-se o regionalismo clientelista engendrador de favores e em cujo contexto a educação rural objetiva aliviar as tensões criadas pela concentração de terras. Com tais observações, fica claro para os partidários de uma das teorias que a municipalização do ensino implica em socializar a pobreza. Entretanto, a outra teoria que se destacou na II CBE orienta a defesa da municipalização do ensino fundamental, na medida em que aceita ser o Estado o controlador ou o responsável por excelência pela orientação básica da escola pública. Com efeito, enfatiza-se a importância da autonomia financeira do município, entendida esta como algo que se faz, não a base de uma tributação própria do município, mas como um reingresso de recursos sobretudo nos municípios mais pobres.

Mas esta teoria, à semelhança da outra teoria, não aceita o modelo de descentralização do MEC, na medida em que tal modelo, apoiando-se um regionalismo clientelista, viabiliza uma educação da caráter eleitoreiro, puramente conservador e antidemocrático. Nesse sentido, coloca-se não ser mais possível recompor um pacto oligárquico através do aliamento de forças confiáveis a nível local ou regional, pois, no momento atual, a possibilidade aberta é a legitimação do Estado pela sociedade civil. Desse modo, se hoje não mais existe o arquipélago, restringir a educação à dimensão localista é retirar de cada brasileiro a condição de cidadão da sociedade total.

Na linha de idéias até aqui desenvolvida, coloca-se o problema da reestruturação da universidade, na medida em que todos postu-

lam a manutenção, a nível nacional, de um padrão de educação. Há que se buscar, então, a efetivação de um sistema nacional de educação com a expansão da rede pública e a valorização das condições de trabalho e de aprendizagem nos três graus de ensino.

Particularmente em relação à reestruturação da universidade, destacou-se a importância de sua autonomia. Mas não se trata apenas da autonomia financeira, pois isto significaria tirar o poder dos burocratas a nível de Ministério de Educação e colocá-lo nas mãos de outros burocratas a nível de cada universidade. Outrossim, se cada universidade ficar com o poder de contratar o pessoal necessário à realização dos seus objetivos e de vender seus próprios serviços, isto certamente aprofundará a diferenciação e discriminação entre campos do saber e até, por consequência, entre departamentos de uma mesma instituição. Assim, a autonomia financeira só é válida com uma estrutura de poder democrática. Foram, então, consideradas indispensáveis a descentralização democrática da estrutura e do poder da universidade e a democratização do acesso ao ensino superior. Ressaltou-se ainda a participação do aluno no processo educativo, como de vital importância à viabilização de uma educação voltada à realidade da população brasileira.

5. A Abertura da Escola aos Problemas Populares

Os educadores, de um modo geral, colocam a necessidade de se trazer para dentro da escola os problemas das camadas populares. Na visão, porém, de uma das concepções anteriormente referidas, priorizar os problemas populares, mesmo no sentido de serem analisados visando a apresentação de alternativas, permanece como uma espécie de utopia particularmente no que diz respeito à universidade, na medida em que o atual Estado autoritário brasileiro não permite. E não permite porque o Governo, não sendo fruto da demanda popular, repele a pressão popular. Entretanto, além da mobilização das camadas populares na luta pelo seu direito de acesso à educação, todos reconhecem a importância do papel desses movimentos na transformação do ensino público, criando condições para que a escola se abra ao tratamento compatível dos problemas populares, elaborando estratégias que estabeleçam a vinculação entre o saber e as experiências práticas.

Foi marcante o interesse dos participantes da II CBE nas exposições de experiências educativas de profissionais e trabalhadores que, de uma forma ou de outra, se encontram mais diretamente vivenciando a luta dos movimentos sociais. Analisando-se o papel do professor e da universidade, descobre-se como ambos operam no processo de exclusão do usuário da escola, pois muitas vezes a prática pedagógica acentua a desigualdade que separa os alunos oriundos de diferentes camadas sociais. Daí o apelo para que o professor assuma a sua responsabilidade.

O papel da universidade junto às camadas populares exige uma redefinição dos seus objetivos. Nesse sentido, não se trata apenas de valorizar o conhecimento específico do professor, inclusive porque uma formação apenas de habilidades instrumentais pode contribuir para criar uma sociedade de submissos. Se efetivamente se levar em conta a capacidade e os interesses da população, bem como o fato de instituições como a Igreja, com sua opção pelos pobres, estarem abrindo mão da reprodução ideológica da Ordem, então o papel da universidade não será, por exemplo, elaborar programas de extensão e levá-los às populações sob a justificativa de lhes estar prestando um serviço. Muito mais que isto: seria a sua contribuição para criar formas alternativas de participação da população em torno dos seus problemas. Daí ser preciso compatibilizar o conhecimento específico ou especializado com o conhecimento da população.